

Geopolítica e ciências afins: considerações teóricas

Geopolitics and related sciences: theoretical considerations

Resumo: O termo Geopolítica ficou estigmatizado após o fim da Segunda Guerra Mundial, e isso se deveu ao fato desta ciência ter sido a base teórica empregada para justificar as ações expansionistas empreendidas pela Alemanha Nazista. Mas a importância da Geopolítica fez com que ela fosse progressivamente resgatada de preconceitos, o que é facilmente medido nos dias de hoje, particularmente pela constante presença do vocábulo nos discursos dos principais estadistas mundiais. Observa-se, entretanto, que os trabalhos de pesquisa realizados no campo das teorias geopolíticas acabam restritos às principais linhas de pensamento clássicas e contemporâneas, sem se debruçar de forma mais detalhada sobre o embasamento teórico relacionado às demais ciências que se acham imbricadas com a Geopolítica, e que com ela constantemente dialogam. O presente estudo busca apresentar uma revisão bibliográfica mais abrangente, abordando também conceitos teóricos de diversas ciências, e que sejam de interesse da Geopolítica. Desta forma, o autor pretende contribuir para uma maior conscientização sobre o caráter multidisciplinar da Geopolítica e, eventualmente, inspirar o desenvolvimento de novos trabalhos acadêmicos nessa área.

Palavras-chave: Geopolítica. Ciência Política. Ciências Econômicas. Estratégia. Geografia.

Abstract: The term geopolitics became stigmatized after the end of World War II, and this occurred since this science was the theoretical basis used to justify the expansionist actions undertaken by Nazi Germany. But the importance of geopolitics has progressively rescued it from prejudices, which is easily measured today, particularly by the constant presence of the word in the speeches of the world's leading statesmen. It is observed, however, that the research work carried out in the field of the geopolitical theory ends up restricted to the main lines of classical and contemporary thought, without going into more detail on the theoretical basis related to the other sciences that are interwoven with geopolitics, and which constantly dialogue with it. This study seeks to present a more comprehensive bibliographic review, addressing also theoretical concepts of various sciences, and which are on interest of geopolitics. In this way, the author intends to contribute with some conclusions aimed at a greater awareness about the multidisciplinary character of geopolitics and, eventually, inspire the development of new academic works in this area.

Keywords: Geopolitics. Political Science. Economic Sciences. Strategy. Geography.

Marco Antonio De Freitas Coutinho 

Exército Brasileiro.

Brasília, DF, Brasil.

coutinho.marco@eb.mil.br

Recebido: 15 mar. 2020

Aprovado: 11 jul. 2020

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

Após o fim da Segunda Guerra Mundial o termo Geopolítica acabou ficando bastante estigmatizado, em função de ter sido a base doutrinária para a ação expansionista levada a cabo pela Alemanha Nazista. O Conceito de Lebensraum (espaço vital), que esteve muitas vezes no discurso de Adolf Hitler, foi estabelecido ainda no Século XIX por Friedrich Ratzel (FLINT, 2006, p. 20), um dos precursores do que viria a se tornar o pensamento geopolítico.

Uma percepção preconceituosa contra a Geopolítica acabou se estabelecendo e contaminando as discussões sobre o tema no meio acadêmico mundial, atitude que ficou bem clara nas palavras de Josué de Castro, considerado um dos maiores sociólogos do Brasil:

Não me contamina com os tabus. Venci o tabu da fome. Tive coragem de pôr, como título de meu livro, Geopolítica da Fome, sabendo que “geopolítica” é uma palavra nazista, forjada pelos nazistas, divulgada pela escola de Karl Haushofer para justificar a expansão do Terceiro Reich no mundo (BRASIL, 2007, p. 167).

Mas na prática, as teorias geopolíticas conseguiram manter sua importância no jogo político global, e balizaram o comportamento das superpotências durante toda a Guerra Fria. Segundo Flint (2006, p. 18), as ideias de Mackinder e de Spykman formaram a base intelectual para o estabelecimento de estratégias que permitiram vencer Guerra Fria sem que se viesse a correr o risco de um confronto nuclear.

A importância inquestionável da Geopolítica fez com que ela fosse progressivamente resgatada de preconceitos, o que é facilmente medido pela constante presença do vocábulo nos discursos dos principais estadistas mundiais.

O Presidente Trump, por exemplo, correlacionou cooperação energética dos EUA com a Índia como uma “importante ferramenta geopolítica” para ambos os países (READOUT..., 2017). O Presidente Putin havia classificado o colapso da União Soviética como sendo a “catástrofe geopolítica do século” (PUTIN, 2005). Num discurso proferido no parlamento alemão, a Chanceler Angela Merkel condenou a ofensiva militar da Turquia contra os Curdos na Síria, classificando-a como “um drama humanitário com grandes consequências geopolíticas” (MERKEL, 2019). O Presidente chinês Xi Jinping, referindo-se à guerra comercial entre a China e os EUA, declarou que “as tensões estão altas nas frentes geopolítica e ideológica” (XIN; ZHENG, 2019). No Brasil, o Ministro Paulo Guedes declarou que a disputa pela implantação das redes 5G “cria um problema geopolítico numa situação que era exclusivamente econômica” (GUEDES apud SUSPEITA..., 2020).

Também no meio acadêmico se vem observando um progressivo ressurgimento de pesquisas na área da teoria geopolítica. Segundo Dodds (2019), o tema havia literalmente saído de circulação da vida política e popular americana entre os anos de 1945 e 1970, período em que houve pouco ou nenhum interesse pela disciplina.

Ironicamente, ainda segundo Dodds (2019), ao tempo em que o termo geopolítica estava perdendo sua credibilidade acadêmica em países como os Estados Unidos, o Japão, a Grã-

Bretanha e outras partes da Europa, verificava-se que a estratégia americana para a Guerra Fria se tornava cada vez mais orientada pelas ideias geopolíticas.

A partir da queda da União Soviética, entretanto, alguns acadêmicos passaram sugerir outras formas de empregar a geopolítica para compreender esse mundo em transformação, tal como a elaboração de estudos focados na segurança humana, no meio ambiente e no papel de atores não-estatais no âmbito da geopolítica global.

Sob esses novos enfoques, a geopolítica continua tendo seu lugar nas discussões sobre migrações, terrorismo, meio-ambiente, comércio internacional, energia, relações internacionais e defesa, assim como em outras áreas onde os fatores geográficos continuam influenciando as decisões políticas. Até mesmo na recente questão envolvendo a pandemia da COVID-19, se busca avaliar a dimensão e as consequências geopolíticas advindas dessa ameaça global.

Neste sentido, parece importante desenvolver trabalhos de pesquisa no campo da teoria geopolítica, assim como se debruçar de forma mais detalhada sobre o embasamento teórico das demais ciências que se acham profundamente imbricadas com a Geopolítica, e que com ela constantemente dialogam.

Com base nisso, o objetivo do presente estudo será apresentar uma revisão bibliográfica dos principais conceitos teóricos diretamente envolvidos com a Geopolítica. Neste esforço, foi estabelecido um roteiro que abrange as principais áreas que guardam estreita ligação com a disciplina, sem esquecer de valorizar as correntes de pensamento genuinamente brasileiras.

Para materializar o desenvolvimento do objetivo proposto, o estudo se inicia com uma revisão sobre a teoria geopolítica e da forma como ela se desenvolveu até os dias atuais, inclusive naquilo que foi publicado no âmbito do pensamento genuinamente nacional. A partir deste sobrevoos, passaremos a discorrer sobre conceitos extraídos da ciência política, da estratégia, da geografia e das ciências econômicas, explorando alguns pontos que se mostram intimamente relacionados com a teoria geopolítica.

Assim, se pretende apresentar uma complementaridade entre o pensamento geopolítico e outras áreas teóricas, permitindo estabelecer uma visão mais abrangente sobre um tema que se mantém tão atual, e desta forma contribuir com uma maior conscientização sobre o caráter multidisciplinar da Geopolítica e, eventualmente, inspirar a discussão do assunto em meios acadêmicos mais ampliados.

2 As teorias geopolíticas

O termo Geopolítica foi empregado pela primeira vez pelo Professor Rudolf Kjellén, em 1899. Entretanto, Kjellén não escondia o fato de que havia desenvolvido tal neologismo para melhor caracterizar conceitos já apresentados anteriormente, e a melhor comprovação disso está em sua afirmação de que “o termo geopolítica significa originalmente o mesmo que a geografia política de Ratzel” (apud BACKHEUSER, 1952, p. 51).

Por sua vez, as ideias de Friedrich Ratzel tiveram grande influência nos estágios iniciais do desenvolvimento da ciência geopolítica, tendo sido pioneiro no estudo entre as relações de poder entre o Estado e o espaço geográfico: “Chega-se à conclusão de que o que resta fazer para trazer

toda a geografia política a um alto prestígio, consiste em realizar pesquisas comparadas das relações entre o Estado e o solo” (apud BACKHEUSER, 1952, p. 24).

Nas suas famosas “sete leis do crescimento do Estado”, Ratzel defendia a tese de que a ligação do estado com o solo evoluiria ao longo dos estágios da sua evolução histórica, e que o crescimento deste depende de condições econômicas e da incorporação de novos espaços. Seria, portanto, tarefa do Estado assegurar a proteção de seu espaço através da política territorial (RATZEL apud BECKER, 2012, p. 122).

Entretanto, segundo a Professora Bertha Becker (2012), a concepção organicista de Ratzel não se restringiria a comparar o Estado a um ser vivo, mas sim, demonstrar que Estado e Nação se confundem em um só ator, representando algo natural, indivisível. Kjällén, por seu turno, buscou aprofundar a discussão sobre diversos conceitos inicialmente trazidos por Ratzel, explorando particularmente a ideia de que o Estado necessitaria de espaços crescentes, pensamento que acabou servindo de base teórica para as políticas expansionistas da Alemanha Nazista, o que trouxe uma imagem extremamente negativa para a ciência geopolítica, particularmente nos anos em que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, a importância da combinação entre a ciência geográfica e das ciências sociais para o estudo da geopolítica também já havia sido destacada por Halford John Mackinder (1919, p. 38, tradução nossa), considerado também um pioneiro das referências teóricas nesta área, quando declarou que “a influência das condições geográficas sobre as atividades humanas dependeu, no entanto, não apenas das realidades de hoje, como são ou deveriam ser, mas cada vez mais daquilo que os homens imaginavam a seu respeito”.

Mas qual seria, portanto, a definição mais adequada para a Geopolítica? Responder a essa questão não se mostra uma tarefa simples.

Uma referência obrigatória é a obra *Bausteine zur Geopolitik*, capitaneada pelo teórico alemão Karl Ernst Haushofer, onde foi apresentada uma definição considerada clássica da Geopolítica, destacando nela o caráter determinista do espaço geográfico sobre os processos políticos:

A geopolítica é a ciência do condicionamento dos processos políticos pela terra. Baseia-se no amplo fundamento da geografia, especialmente da geografia política, como a ciência dos organismos e espaços políticos, assim como de sua estrutura. A essência das regiões, tal como é compreendida do ponto de vista geográfico, fornece o quadro para a geopolítica, no âmbito do qual o curso dos processos políticos deve prosseguir para que possam ser bem-sucedidos ao longo prazo (HAUSHOFER et al. apud FLINT, 2006, p. 22, tradução nossa).

Citando o geógrafo e geopolítico francês Yves Lacoste, Bonfim (2005, p. 26) procurou destacar a complexidade da Geopolítica e sua peculiaridade em relação à geografia física:

Contrariamente às afirmações de certos grandes teóricos, uma situação geopolítica não é determinada, no essencial, por tal dado de geografia física, mas ela resulta da combinação de fatores bem mais numerosos, demográficos, econômicos, culturais, políticos, cada qual deles devendo ser visto na sua configuração espacial particular.

Por outro lado, Flint (2006, p. 25) procura também definir a geopolítica, mas coloca em dúvida o seu caráter científico, destacando que:

Constituía o estudo, que alguns consideravam como ciência, de explicar e prever o comportamento estratégico dos Estados. Os Estados eram os agentes exclusivos da geopolítica. Este era o entendimento no período da “geopolítica clássica”, que discutimos anteriormente. Mas a compreensão contemporânea da geopolítica é muito diferente; de fato, as definições poderiam classificar toda a política como sendo parte da geopolítica, em um amplo entendimento de que nenhum conflito pode ser separado de seu espaço geográfico.

Por sua vez, Immanuel Wallerstein (2006, p. 93, tradução nossa), conhecido sociólogo e cientista político norte-americano, definiu geopolítica de forma bem mais suscinta no glossário de sua obra *World-systems analysis: an introduction*: “Geopolítica. Um termo do século XIX que se refere ao arranjo espacial e manipulações do poder dentro do sistema interestatal”.

Finalmente, mas não menos importante, Henry Kissinger (1979, p. 914, tradução nossa) afirmou que “por Geopolítica eu quero me referir a uma abordagem que foca nas exigências do equilíbrio”.

Na edição atualizada e revisada da obra *Geopolitics: a very short introduction*, Dodds (2019, p. 41) considera que a geopolítica envolveria três características principais. Em primeiro lugar estaria seu aspecto mais conhecido, qual seja o de tratar das questões de poder sobre o espaço e o território. Em segundo lugar, a Geopolítica permitiria ainda a criação de modelos geográficos para dar sentido aos assuntos mundiais. Como exemplos de tais modelos, bastante comuns quando nos deparamos com análises ditas geopolíticas, Dodds (2019) apresenta os conceitos de “esfera de influência”, “blocos”, “quintal”, “vizinhança”, “proximidade” e outros similares. Em terceiro lugar, Dodds (2019) ressalta que as análises geopolíticas podem ser orientadas para o futuro, permitindo a elaboração de estratégias nacionais e oferecendo perspectivas sobre o comportamento provável dos Estados, uma vez que seus interesses são bastante estáveis, pelo menos a curto e médio prazos.

Os Estados têm mesmo algumas preocupações imutáveis, tais como de garantir recursos, proteger o seu território e gerir as suas populações, todas elas com reflexos diretos em seu comportamento no âmbito do sistema internacional. É importante destacar que os conceitos mais clássicos de geopolítica focam no inter-relacionamento entre os interesses territoriais e do poder dos Estados com os ambientes geográficos, estes últimos trazendo consigo um importante fator determinístico para qualquer análise a ser realizada, moldando as escolhas políticas dos líderes mundiais.

Por outro lado, os conceitos mais atualizados, ditos críticos, focam nas interações entre as esferas humanas e físicas, sendo que o peso do ambiente geográfico é considerado mais fluido e sujeito à interpretação no contexto das análises realizadas no âmbito da geopolítica. Um aspecto muito interessante foi destacado por Gray e Sloan (2013), ao apontar que as correntes críticas analisam a Geopolítica sob quatro diferentes pontos de vista: Formal, Prático, Popular e Estrutural. A Tabela 1 apresenta um resumo destes diferentes pontos de vista:

Tabela 1 – Visões críticas da geopolítica.

PONTO DE VISTA	DEFINIÇÃO	OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	PROBLEMATIZAÇÃO
Geopolítica Formal	É a geopolítica dos geopolíticos	Elaboração da Teoria Geopolítica	Elaboração de modelos teóricos
Geopolítica Prática	É a geopolítica dos diplomatas	Execução do dia a dia da política internacional (“ <i>Realpolitik</i> ”)	Realização das análises geopolíticas, formulação de estratégias da política internacional e sua execução
Geopolítica Popular	É a geopolítica dos políticos, da imprensa e da população em geral	Estabelecimento de uma linguagem comum para os problemas complexos da política internacional, com foco na mídia e na população em geral	Formação de identidades nacionais e construção de imagens para a opinião pública
Geopolítica Estrutural	É a geopolítica multidisciplinar	Mapeamento dos processos geográficos, políticos, históricos, sociais e econômicos que afetam o sistema internacional contemporâneo	Elaboração de tendências e cenários com base em uma visão multidisciplinar

Fontes: Com base em Gray e Sloan (2013) e Coutinho (2020, p. 10).

Observamos na Tabela 1 que aos geopolíticos cabe o importante papel de sistematizar o estudo da ciência geopolítica, propondo modelos teóricos para explicar a realidade. Mas o que fica bastante claro é o fato de que a geopolítica não pode ser considerada um monopólio dos geopolíticos (COUTINHO, 2020, p. 11).

Dodds (2019) destaca, por sua vez, que as correntes críticas e o clássicas convergem para um ponto em que ambas concordam que os fatores geográficos devem ser sempre considerados. Mas o que as colocam em margens opostas é a forma como, onde, para quem e por qual motivo os fatores geográficos importam.

Para o desenvolvimento do presente trabalho podemos considerar uma definição bastante equilibrada da geopolítica, na qual ela pode ser entendida como o estudo (ou ciência) que visa analisar a influência da combinação de uma ampla gama de condições verificadas num ambiente geográfico sobre os processos políticos levados a cabo por atores estatais e não-estatais.

Feita esta abordagem conceitual, podemos considerar que as teorias geopolíticas se aglutinam basicamente em três escolas de pensamento:

- A Escola Determinista, que pregava uma preponderância do determinismo geográfico sobre o destino das nações. Compreende as Teorias do Poder Marítimo e Terrestre. Esta linha teve como expoentes Karl Ernst Haushofer, Alfred Taylor Mahan e Halford Mackinder;
- A Escola Possibilista (francesa), que enfatizava o potencial do homem em conduzir as possibilidades apresentadas pelo meio geográfico, ressaltando que a relação entre homem e geografia é mediada pelo fator político (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017, p. 35). Seu expoente de maior destaque foi Vidal de La Blanche; e

- A Escola Integralizada, que surgiu como uma crítica ao pensamento que se estudava até então, buscando combinar as ideias das Escolas Determinista e Possibilista. A ideia central é a de que “o possibilismo age, mas não raro, em função de um determinismo” (BONFIM, 2005, p. 29). A Escola Integralizada compreende muitas vertentes críticas, mas vamos citar apenas duas: a Teoria das Fímbrias, cujo expoente principal foi Nicholas Spykman, e mais recentemente, a Teoria do Sistema-Mundo (*World-System*), cujos princípios foram apresentados por Flint e Taylor (2018) na obra *Political geography: world economy, nation-state and locality*.

Passaremos a estudar em maiores detalhes as principais e mais representativas teorias geopolíticas, que como já citado anteriormente, são: a Teoria do Poder Marítimo, a Teoria do Poder Terrestre, a Teoria das Fímbrias (ou do *Rimland*) e a Teoria do Sistema-Mundo. Estas teorias não esgotam as tentativas de explicação científica para o entendimento da relação entre os fatores geográficos e a política internacional, mas permitem identificar como se processou a evolução da geopolítica ao longo dos anos, assim como permite que se estabeleça uma base de conhecimento necessário ao entendimento do que se busca estudar no presente trabalho.

A Teoria do Poder Marítimo foi proposta por Alfred Taylor Mahan (1840-1914). Almirante da Marinha dos EUA, ele apresentou suas principais ideias no livro *The influence of sea power upon history* (MAHAN, 1987). Amparado em estudos sobre a evolução histórica de países como Portugal, Inglaterra, França e Holanda, ele argumentava em defesa da superioridade no mar para o sucesso militar e a vitória política dos Estados (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017, p. 52-55). As ideias de Mahan inspiraram muitos geopolíticos a pensar numa relação matemática entre os coeficientes de maritimidade e continentalidade, a fim de avaliar se um Estado detinha as condições para se converter numa potência marítima. Segundo Dodds (2019, p. 27), Mahan recomendava que a obtenção do poder naval era o fator mais importante para determinar o poder geopolítico de uma nação.

A Teoria do Poder Marítimo ainda encontra abrigo, nos dias de hoje, numa vertente crítica denominada Atlantismo, que seria uma “geoideologia” praticada por alguns países ocidentais do hemisfério norte, e que se fundamenta pelos princípios da individualidade, liberdade e democracia (REGIANI, 2020, p. 48).

No que se refere à Teoria do Poder Terrestre, coube ao britânico Halford Mackinder (1919, p. 98) a elaboração das bases para o estudo dessa vertente da Geopolítica, apresentando os conceitos de “*World-Island*” (Ilha do Mundo), “*Heartland*” (Coração do Mundo) ou “*Pivot Area*” (Área Pivotal), “*Inner Crescent*” (Crescente Interno) e “*Outer Crescent*” (Crescente Externo).

É também importante compreender o conceito de “*Inner Crescent*”, que se constituía numa área terrestre que circundava o território definido como “*Heartland*”, sendo esta última uma zona de passagem entre o centro do continente eurasiático e os extremos da Europa e Ásia. Ali seriam realizadas as disputas entre as potências terrestres e marítimas. Essa região, acrescentada pelo continente americano, seria delimitada por Spykman (1938) como estando centrada entre as latitudes de 25° e 60° do hemisfério norte¹.

1 “The political activity of the world is, and will continue to be, centered between 25° and 60° north latitude” (SPYKMAN, 1938, p. 42)

Segundo Melo (apud TEIXEIRA JÚNIOR, 2017, p. 64), Mackinder teria desenvolvido uma concepção histórico-geográfica própria, e que destacava a constante luta pela supremacia entre o poder marítimo e o poder terrestre. Nessa oposição entre o oceanismo e o continentalismo, Mackinder considerava que a inventividade humana e a tecnologia (eficientes meios de comunicação e de transporte terrestre) derrubariam as barreiras que limitavam a mobilidade nos ambientes continentais, fazendo a balança pender em favor das potências terrestres.

Segundo Regiani (2020, p. 49), uma vertente atual da teoria do Poder Terrestre seria o Eurasianismo, que teria como pilares a autoridade, a hierarquia e o nacionalismo, e prevaleceria em alguns nos países da Eurásia, particularmente na Federação da Rússia. O Eurasianismo seria uma ideologia que tentaria englobar todo um conjunto de valores e identidades comuns a uma postura mais conservadora e continentalista.

Já a Teoria da Fímbrias constituiu uma crítica realizada por Nicholas Spykman (1938) ao pensamento de Mackinder, e que trouxe novos e importantes elementos para o estudo da Geopolítica. Segundo ele, “a geografia não determina, mas ela condiciona” (SPYKMAN, 1938, p. 30). Seu objetivo principal era propor um modelo teórico que pudesse servir de base para uma estratégia global para os EUA, considerando a condição do referido país estar localizado fora da “Ilha do Mundo”. Neste sentido, ele propôs uma projeção do poder estadunidense pelo “*Rimland*”, que se constituía basicamente na região do “*Inner Crescent*” da teoria de Mackinder (1919), acrescentado das Américas. Ele sugeriu que os EUA constituíssem sistemas de alianças regionais, que impediriam o controle da Ilha do Mundo pela potência terrestre dominante, qualquer que fosse. Para isso, seria também essencial que os EUA se convertessem em uma potência anfíbia (terrestre e marítima).

Fruto dessa teoria, as potências ocidentais estabeleceram suas estratégias para o enfrentamento da Guerra Fria, balizando a formação das alianças militares estabelecidas no período (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017, p. 87), particularmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que se mostrou extremamente bem-sucedida para o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Finalmente, passaremos a destacar, dentre as correntes mais recentes, a Teoria do Sistema-Mundo, que acrescenta um peso considerável aos fatores sociológicos e econômicos no âmbito da geopolítica. Na verdade, a construção Teoria do Sistema-Mundo por Flint e Taylor (2018) resultou da aplicação, no campo da Geopolítica, da Análise do Sistema-Mundo, cujas ideias centrais foram apresentadas por Wallerstein (2006) na obra *World-systems analysis: an introduction*.

Desde a década de 1970, o cientista político e sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein vinha se dedicando a estabelecer uma metodologia de análise que viabilizasse uma melhor compreensão sobre os processos que levaram ao desenvolvimento do mundo moderno. Esse trabalho o levou a desenvolver a chamada “Análise do Sistema-Mundo”, que se tornou referência e veio a ser amplamente utilizada no âmbito das ciências sociais e da história (WALLERSTEIN, 2006). Também passou a constituir uma referência nas discussões sobre globalização.

O modelo tornou-se bastante útil devido à sua definição única do que se entende por “sociedade” em termos geográficos e históricos amplos (“*longue durée*”), considerando a evolução da humanidade como um todo, e não apenas com foco em países individuais, resultantes de eventos isolados (“*big events*”) ou da ação de personalidades históricas específicas (“*great men*”) (WALLERSTEIN, 2006, p. 13).

O resultado é uma abordagem geográfica política que é capaz de situar eventos da atualidade em um contexto muito mais amplo e multidisciplinar (tais como as atuais tensões entre os EUA e a China, discussões sobre Mudanças Climáticas ou mesmo reflexos da pandemia da COVID-19).

3 O pensamento geopolítico brasileiro

É importante fazer referência ao pensamento geopolítico brasileiro, que se mostrou bastante ativo ao longo dos anos. O Brasil desenvolveu, a partir da década de 30 do século XX, sua própria escola de pensamento geopolítico.

Tendo se debruçado sobre esse tema, Vesentini (2009) reuniu argumentos que buscam comprovar a efetiva existência de uma Escola Geopolítica Brasileira no referido período. O primeiro de seus argumentos aponta para o fato de que os autores representativos desta época dialogam entre si e se complementaram, mesmo considerando que eventualmente tenham discordado em determinados pontos específicos. Em segundo lugar, ele considera que os geopolíticos brasileiros daquele período contribuíram diretamente para a formulação de um projeto geopolítico para o Brasil, ponto que desenvolveremos mais à frente.

Entretanto, as origens do pensamento geopolítico brasileiro podem ser identificadas já a partir de nosso processo de independência. Segundo Becker (2012, p. 130), “a Geopolítica do Brasil deve ser compreendida, historicamente, a partir da constituição do Estado nacional após a Independência e do seu papel essencial e crescente na formação de um país-continente cuja organização econômica, social e política foi forjada sob o domínio colonial”.

Podemos constatar que essa visão já havia encontrado forte respaldo na atuação acadêmica e política de estadistas como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878) e João Pandiá Calógeras (1870-1934), na medida em que estes expressaram claramente em suas obras a influência de fatores geográficos (humanos ou fisiográficos) sobre a ação política do Estado brasileiro, o que já poderia, por si só, constituir uma linha de pensamento de caráter geopolítico em sua essência (COUTINHO, 2020, p. 19).

Inicialmente discutiremos sobre os expoentes da vertente clássica que aflorou no período acima mencionado, dentre os quais se destacam o Professor Everardo Backheuser, o Marechal Mário Travassos, o General Golbery do Couto e Silva, o General Meira Mattos e a Professora Therezinha de Castro.

Segundo Lima *et al.* (2017, p. 3), ainda na década de 1930 o Professor Backheuser, apresentou suas primeiras ideias sobre uma teoria geopolítica genuinamente brasileira, por meio da obra *Problemas do Brasil: geopolítica* (1932), na qual ele definia a Geopolítica como “a política feita em decorrência das condições geográficas” e apontava como grande preocupação a manutenção da unidade nacional.

Neste sentido, ele teria elaborado um estudo que apontava como principais ameaças à unidade nacional do Brasil a grande extensão territorial do país, a distribuição desigual de território pelos entes federados, o espírito regionalista da população e a localização periférica da Capital Federal. Como medidas a serem adotadas para contrapor as ameaças por ele identificadas, ele pregava: a mudança da capital para o interior; o fortalecimento do poder central (com retorno

à Monarquia); uma nova divisão territorial para os entes federados; e a criação dos territórios federais nas regiões de fronteira mais inacessíveis, de forma a permitir sua defesa e desenvolvimento.

Uma outra visão teria sido trazida por intermédio de Travassos (1931), particularmente na sua obra *Aspectos geográficos sul-americanos* Mário Travassos explorou diversos aspectos inéditos na nossa literatura, particularmente no que se refere à integração do Brasil no contexto interamericano. As principais questões levantadas por ele foram a emergência de potências rivais e imperialistas (Argentina e EUA), a vulnerabilidade política de vizinhos sul-americanos e a falta de uma estratégia nacional do Brasil em face dos desafios apontados (HAGE, 2013, p. 98). Este talvez tenha sido o ponto de partida para a elaboração de um projeto geoestratégico nacional, somente levado a cabo pelos governos militares pós-1964.

Bonfim (2005, p. 98) acrescenta que Mário Travassos apresentou projetos para efetivar uma política de transportes baseados num modelo que atualmente muito bem poderia se denominado “corredores de exportação”, visando à integração viária com países vizinhos e proporcionando uma ligação multimodal entre os Oceanos Atlântico e o Pacífico.

Segundo Becker (2012, p. 132), a obra de Travassos focalizava a necessidade de efetiva ocupação do interior ainda não desbravado, numa verdadeira “marcha para o oeste”, especialmente ao longo de dois eixos, um em direção à Bolívia e o outro direcionado para a ocupação da Amazônia.

Um outro expoente do pensamento geopolítico nacional foi o General Golbery do Couto e Silva, cujas propostas e ações efetivamente influenciaram estratégias executadas desde o governo do Presidente Juscelino Kubistchek, com seu Plano de Metas, assim como de diversos governos do período do Regime Militar (BONFIM, 2005, p. 99). Golbery definia Geopolítica como “a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição” (apud BONFIM, 2005, p. 25).

É na obra do General Golbery onde podemos encontrar as bases doutrinárias de um projeto geopolítico genuinamente brasileiro, trazendo “uma visão ampliada da Geopolítica em termos de preocupação com teorias realistas sobre a natureza do Estado e o papel da política e do poder, em torno do tema central do conceito de Segurança Nacional” (BECKER, 2012, p. 133).

O pensamento de Golbery trouxe para a Geopolítica Brasileira uma visão menos regionalizada e mais global (SILVA, 1981, p. 199). Dentre suas principais ideias se destacava a necessidade de um pragmatismo para a política externa brasileira no período da Guerra Fria, e que colocou o país ao lado das ex-colônias portuguesas na África em seus processos de independência, mesmo que estivessem à época alinhadas ao bloco soviético, contrariando as posições dos EUA. Segundo Golbery, a projeção do Brasil na África Meridional era fundamental para o interesse nacional e dependia do estreitamento das relações com os países africanos de língua portuguesa, preterindo qualquer postura baseada em algum viés ideológico.

Outra grande estudiosa da geopolítica brasileira foi a Professora Therezinha de Castro, com diversas obras publicadas, nas quais discorreu não apenas sobre a Geopolítica aplicada aos temas de interesse nacional, mas também à discussão sobre a própria teoria geopolítica. Therezinha de Castro apresentou diversos conceitos importantes no campo da Geopolítica. Para ela, a Geografia Política deveria ser considerada “termo último, senão definitivo” da história política,

refletindo espacialmente a evolução do Estado ao longo do tempo (CASTRO, 1981). O Estado, para Therezinha, deveria ser considerado primordialmente uma criação de segurança coletiva, que existiria para a defesa dos interesses nacionais. Therezinha considerava que a Geopolítica se baseava num tripé formado pela política, história e geografia, e afirmando que:

Tem esta [a Geopolítica] por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado, visando a resultados imediatos ou remotos. Consequentemente, a Geopolítica pode ser considerada como um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos; os resultados deste estudo levam a conclusões práticas aplicáveis ou não à atualidade (CASTRO, 1981, p.10).

No que se refere à Geopolítica aplicada aos interesses nacionais, a Professora Therezinha de Castro defendeu estratégias para presença ativa no Atlântico Sul, na África Meridional, na Antártica e uma política de estreitamento de relações com os países do Cone Sul, numa antevisão do que viria a se tornar o Mercosul.

Finalmente, não se poderia deixar de lembrar do trabalho do General Meira Mattos, que também se dedicou tanto à teoria geopolítica, quanto à sua aplicação para a realidade brasileira. Ele definiu Geopolítica como sendo “a arte de aplicar a política nos espaços geográficos” (BONFIM, 2005, p. 25), e que se mostra um conceito bastante alinhado à Escola Possibilista. Meira Mattos foi um incentivador incansável da ocupação, inclusive militar, da Amazônia brasileira, e de sua incorporação definitiva ao esforço de desenvolvimento nacional.

Observa-se uma certa continuidade na formulação do pensamento geopolítico brasileiro nesse período. Desde nosso processo de independência, uma verdadeira “manobra geopolítica” foi sendo progressivamente forjada para integração e segurança do território nacional (BECKER, 2012, p. 137).

Inicialmente tendo como carro-chefe a mudança da capital para o interior, como propunham José Bonifácio e Varnhagen, passando por uma estratégia baseada no trinômio integração, desenvolvimento e segurança, que começou a ser forjada pelas mãos de Calógeras, ainda na República Velha (COUTINHO, 2020, p. 19), passando pelo Plano de Metas do governo Kubistchek, e chegando à Doutrina de Segurança Nacional e aos Planos Nacionais de Desenvolvimento implementados durante os governos militares, um projeto geopolítico nacional embasado em pensamentos clássicos da geopolítica foi sendo desenvolvido, e pode ser caracterizado por alguns parâmetros básicos, referentes à aplicação do poder ao território.

Tais parâmetros básicos foram destacados pela Professora Bertha Becker: a estruturação e reforço progressivo de uma base ecumênica nacional, articulando-a solidamente de norte a sul; o impulsionamento de uma onda colonizadora direcionada ao núcleo central; e a incorporação da Amazônia (BECKER, 2012, p. 137).

Vesentini (2009) aponta para o fato de que o modelo de projeto geopolítico progressivamente desenvolvido pela escola geopolítica clássica nacional, e aplicado pelos governos militares, não teria se mostrado ajustado ao mundo pós-guerra fria, às novas tecnologias da era 3ª Revolução Industrial e à crise econômica decorrente da explosão da dívida externa, sendo que este último fato

teve grande impacto negativo, uma vez que teria estancado as essenciais fontes externas de recursos para seu financiamento.

Neste mesmo sentido, Costa e Théry (2012, p. 257) destacam que os processos de transformação política verificados a partir da década de 1980, acelerados pela chamada abertura democrática conduzida nos governos Geisel e Figueiredo, culminaram com a promulgação da Constituição de 1988 e da eleição direta para a presidência em 1989, caracterizando uma mudança de regime. Ainda segundo Costa e Théry (2012), essas mudanças estabeleceram as condições para que um novo grupo de pesquisadores passasse a estudar a geopolítica nacional sob um prisma acadêmico e de forma relativamente autônoma em relação ao Estado.

Dentre os autores que se destacaram a partir de então, podemos citar os Professores Wanderley Messias da Costa, Shiguenoli Miyamoto, Bertha Becker e José William Vesentini, todos eles trazendo uma visão mais crítica em relação ao pensamento clássico que caracterizou as gerações anteriores, o que veio a representar uma ruptura na linha de pensamento até então existente, passando a buscar uma conciliação entre a geopolítica e as práticas contemporâneas da geografia humana e das ciências Políticas.

Mais recentemente, a comunidade acadêmica nacional vem discutindo o renascimento das teorias geopolíticas genuinamente brasileiras. A principal delas seria o Meridionalismo, cujos princípios básicos foram apresentados por André Roberto Martin, Geólogo e Professor da Universidade de São Paulo.

O Meridionalismo corresponderia, no plano da ideologia, à aceitação da condição de meridionalidade do Brasil, ou seja, a utilização desta característica geográfica como trunfo no contexto internacional global, buscando estreitamento de alianças com outros países do hemisfério sul, tais como Índia, África do Sul e Austrália (REGIANI, 2020, p. 52).

Segundo a Professora Bertha Becker (2012, p. 117), o importante será balizar a construção de uma nova Geopolítica brasileira dentro de um contexto em que se leve em consideração as transformações vividas em escala planetária, para as quais as ciências, de uma forma geral, devem procurar retomar a capacidade de acompanhar os movimentos da sociedade e das novas estruturas de poder, a fim de propor soluções para o futuro.

Os fenômenos da globalização e crescente complexidade do mundo na nova era tecnológica que se inicia (4ª Revolução Industrial), devem levar a uma busca de novos paradigmas para a ciência, subsidiando o desenvolvimento de um processo de rompimento das barreiras construídas ao longo dos anos entre as disciplinas, pois segundo ela:

A busca de novos paradigmas da ciência e o rompimento das barreiras entre as disciplinas – a transdisciplinaridade – parecem hoje tornar-se uma exigência, e o rompimento de barreira entre a Geografia e a Geopolítica numa perspectiva crítica, integrado à natureza holística e estratégica do espaço, pode representar um passo importante nesse caminho, pois que o poder e o espaço e suas relações são, sem dúvida, problemáticas contemporâneas significativas (BECKER, 2012, p. 117).

É neste sentido que passaremos a revisar alguns conceitos de outras disciplinas, e que se mostram importantes para o objetivo do presente estudo.

4 A ciência política

Antes de passar a definir o que é Ciência Política, parece conveniente relembrar o significado de Política. Trata-se de termo originário da palavra grega “*polis*”, que se refere às Cidades-estados gregas da antiguidade, organizadas conforme um modo de vida no qual a liberdade era um atributo dos cidadãos.

A “*Polis*” era a comunidade de iguais que, mediante regras, permitia uma harmoniosa vida em sociedade, potencialmente melhor do que uma vida em isolamento. Sob esse enfoque deve ser entendida a expressão “o homem é por natureza um animal político” (Aristóteles apud ROSS, 2005, p. 250, tradução nossa). Esse modelo de organização social tornou-se a base da civilização ocidental.

De acordo com Dryzek, Honig e Phillips (2006, p. 15, tradução nossa): “Política, portanto, essencialmente diz respeito sobre como reconciliar e agregar interesses individuais, e tem lugar sob um supostamente neutro conjunto de regras constitucionais”. A política, em sentido estrito, envolve um conjunto de processos formais e informais que se expressam por meio de relações de poder, inclusive no que se refere à resolução de conflitos (RUA, 2005, p. 1).

Darcy Azambuja, por meio de sua *Teoria geral do Estado*, considera Nicolau Maquiavel como o principal precursor da Ciência Política, pois “lança os fundamentos da política como arte de governar os Estados, ou mais certamente, como arte de atingir, exercer e conservar o poder” (apud SILVA, 2014, p. 38).

A Ciência Política, segundo a Professora Maria das Graças Rua (2005, p. 1), constitui um ramo científico que estuda os sistemas políticos, as instituições, os processos e os comportamentos políticos. A Ciência Política se interessaria, basicamente, pelos fenômenos relacionados ao seu principal objeto de estudo: o Estado. Rua (2005, p. 1, grifo nosso), contudo, alerta para o fato de que a maioria dos cientistas políticos apresenta um entendimento no qual o seu escopo seria mais abrangente, compreendendo não apenas as relações envolvendo o Estado, mas as relações de poder na sua totalidade, destacando que:

A Ciência Política abrange diversos campos, como a teoria política, os sistemas políticos e ideológicos, a economia política, a **geopolítica**, a análise de políticas públicas, a política comparada, as relações internacionais, as instituições políticas, os processos políticos (como o processo legislativo, o processo de tomada de decisões, os processos de mudança política, etc.) e os comportamentos políticos (como o comportamento eleitoral, os movimentos sociais, etc.).

Segundo Morgenthau (1997, p. 3) a história do pensamento no âmbito da Ciência Política é caracterizada pelo embate entre duas escolas, que possuem diferentes concepções a respeito do homem, da sociedade e da política, em si.

Uma delas se baseia na crença de que uma ordem política, moral e racional, derivada de princípios universais abstratos, deve ser buscada aqui e agora. Essa escola consideraria que as deficiências verificadas na ordem social se devem, dentre outros fatores, à obsolescência das instituições sociais e ao comportamento egoísta de determinados grupos. Morgenthau (1997) se refere aqui à escola de pensamento relacionada ao idealismo e às teorias críticas e liberais.

Sobre a linha de pensamento liberal, Andrew Moravcsik considera que os indivíduos e grupos sociais, por meio das representações democráticas, são indutores da orientação do Estado em face do sistema internacional: “Demandas de indivíduos e grupos nesta sociedade, da forma como são transmitidas por meio das instituições representativas domésticas, definem as ‘preferências do Estado’ – qual sejam, os fundamentais e substantivos propósitos sociais, que dão aos Estados uma participação subjetiva nas questões internacionais que eles enfrentam” (REUS-SMIT; SNIDAL, 2008, p. 234, tradução nossa).

No segundo caso, Morgenthau (1997, p. 3) se refere à escola realista, da qual ele mesmo se constitui num dos principais teóricos. Essa escola acreditaria que o mundo, imperfeito sob o ponto de vista da racionalidade, é resultado da ação de forças inerentes à natureza humana. Esse ramo do pensamento político defende, portanto, que o progresso do mundo somente pode ser alcançado mediante uma busca pelo controle das referidas forças da natureza humana, e não contra elas.

Morgenthau (1997) considera que, sendo o mundo caracterizado por interesses em constante oposição, gerando conflitos, os princípios morais não poderiam ser completamente atendidos em todas as situações, mas sim trabalhados no âmbito das negociações entre interesses divergentes. Nas palavras de Morgenthau (1997, p. 4, tradução nossa): “Apela-se para precedentes históricos, mais do que a princípios abstratos, e busca-se a realização do mal menor, ao invés do bem absoluto”.

O confronto entre as diferentes visões de mundo defendidas pelas correntes idealista e realista nos leva, sem sombra de dúvida, à discussão de questões filosóficas e éticas. Neste sentido, a Escola Superior de Guerra considera que existe uma ligação muito próxima entre as ações políticas e as exigências éticas, mas observa que devem coexistir nas sociedades uma ética individual e uma ética política:

É um equívoco, porém, imaginar ser possível transplantar para o universo da Política, em todas as suas dimensões, os mesmos princípios éticos que devem reger os comportamentos pessoais. Devem coexistir a ética individual e a ética política. A primeira é uma ética de convicções, a segunda, uma ética de responsabilidade (BRASIL, 2014, p. 51).

Um aspecto importante a ser destacado no âmbito da ciência política é o estudo do Estado Nacional e o seu papel como ator territorial da política internacional.

Os Estados nacionais soberanos seriam entes resultantes de um processo de consolidação das relações políticas globais, verificado a partir da Guerra dos Trinta Anos e da chamada Paz de Vestfália (1648). Particularmente após a segunda metade do século XIX, o processo de construção dos Estados nacionais sofreu um enorme impulso. Foi o período caracterizado pela independência das colônias europeias nas Américas.

Segundo Adelman *et al.* (2015, p. 608), os teóricos iluministas já enfatizavam a importância das Nações, definidas como sendo povos que compartilhavam um passado, um território, uma cultura e tradições comuns. Portanto, seria de se esperar que os Estados surgidos nos processos de independência colonial fossem construídos com o propósito de conformar as instituições soberanas que governariam Nações, as quais habitavam tradicionalmente determinados territórios. Neste sentido surge uma definição clássica, na qual Estado é a Nação politicamente organizada, fundamentada em três elementos básicos: Homem, Terra e Instituições (BRASIL, 2014, p.

34, p. 37). Na mesma linha, o jurista Francisco Rezek (apud CASTRO, 2012, p. 107) apresenta a seguinte definição:

O Estado, personalidade originária de direito internacional público, ostenta três elementos conjugados: uma base territorial, uma comunidade humana estabelecida sobre essa área, e uma forma de governo não subordinada a qualquer autoridade exterior.

A ideia de que a Nação organizada empreenderia a busca pela sua conformação num Estado seria, então, a sequência lógica que balizaria os processos de independência. Mas, conforme ressaltam Adelman *et al.* (2015, p. 608), a prática mostrou que o processo funcionou de forma diversa, pois o que se observou na América Latina a partir do século XIX e, posteriormente, na África e Ásia, foi o fato de que a formação dos Estados foi conduzida pela ação e interesse das elites locais, e não em decorrência do amadurecimento político das Nações envolvidas. Como regra geral, as Nações somente foram construídas após a formação dos Estados, por meio das instituições criadas ou do arcabouço legal estabelecido.

As identidades nacionais foram sendo moldadas gradualmente pela administração central do Estado e o nacionalismo surgiu justamente em decorrência da necessidade de afirmação das identidades nacionais. Segundo Castro (2012, p. 103), “a força do nacionalismo é, sobretudo, produto do culturalismo estatal, inicialmente de cunho romântico e, posteriormente, de âmbito realista-materialista”.

Ainda segundo Castro (2012, p. 110), os elementos constitutivos de um Estado Nacional são a territorialidade delimitada e reconhecida, a população permanente, um governo aceito e, principalmente, a capacidade de exercer o poder soberano. A soberania é, nesse contexto, uma prerrogativa baseada em reconhecimento interno e externo, garantindo ao Estado determinados privilégios de personalidade jurídica, que lhe conferem legitimidade e legalidade para adoção de atos domésticos e internacionais. No campo multilateral, a admissão como membro da Organização das Nações Unidas (ONU) representa a consagração da existência de um Estado Nacional, e que cujos requisitos são os constantes do Artigo 4 da Carta das Nações Unidas:

1. A admissão como Membro das Nações Unidas fica aberta a todos os estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações.
2. A admissão de qualquer destes estados como Membros das Nações Unidas será efetuada por decisão da Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança (BRASIL, [2001]).

A nível de soberania exercida por um Estado decorre do poder por ele acumulado, e que pode resultar em iniciativas políticas que eventualmente alimentam uma espiral conflituosa na esfera internacional, decorrentes de questões ideológicas, religiosas, ambientais, comerciais, fronteiriças e outras, que podem ser solucionadas pela via diplomática, mas que em alguns casos podem chegar até mesmo ao nível de conflito armado. A manutenção da base físico-territorial e o

nacionalismo teriam, segundo Castro (2012, p. 139), papel importante na casualidade e nas explicações das beligerâncias entre Estados.

O General Golbery do Couto e Silva (1981, p. 5-15) destacava em sua obra *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & geopolítica do Brasil* uma outra característica do Estado. Segundo ele, cada época histórica traria consigo parâmetros específicos de permeabilidade física, de difusão de ideias, de intercâmbio de bens, de mobilidade de pessoas e grupos sociais, afetando o que ele chamou de “ações efetivas de comando e controle”, resultando numa periódica tendência de centralização ou descentralização política, por ele denominadas com sendo “sístoles e diástoles na vida dos Estados”, e que essa seria uma tendência característica dos Estados modernos, e não somente do Brasil (SILVA, 1981, p. 5-15).

Segundo ele, no caso nacional esse fenômeno seria facilmente observável ao longo da nossa história, apontando como momentos de centralização: o Primeiro Reinado, a maioria de D. Pedro II, a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Revolução de 1964, dentre outros. Por outro lado, apontava eventos que caracterizam os ciclos de descentralização: a Confederação do Equador, a Revolução Farroupilha, a Revolta da Armada, a Política dos Governadores, a Revolução Constitucionalista de São Paulo e a deposição de Getúlio Vargas em 1945.

Uma outra característica importante dos Estados foi apontada por Max Weber (apud DRYZEK; HONIG; PHILLIPS, 2006, p. 386), ao afirmar que eles são detentores do monopólio legítimo do uso da violência sobre um determinado território. Este conceito é considerado essencial para a aplicação de políticas públicas voltadas ao controle social e à manutenção da ordem pública, no nível interno, e para a defesa contra ameaças externas, no nível do sistema internacional.

Isto nos leva ao último ponto a ser explorado no âmbito da Ciência Política, que é a questão do Poder do Estado, que deve ser entendido como um conceito mais amplo e complexo do que o puro e simples uso da força.

A busca de um conhecimento (*logos*) sobre a natureza do poder (*kratos*), visando a sua compreensão crítica, deu origem a um ramo do conhecimento denominado cratologia, que segundo Castro (2012, p. 163), constitui o estudo científico do poder e suas dinâmicas relacionadas à atuação do Estado, particularmente no campo internacional.

Dentre inúmeras definições de poder, Thales de Castro ressalta algumas delas. Inicialmente cita a que foi apresentada por Rosati na sua obra *The politics of the United States foreign policy* (apud CASTRO, 2012, p. 169): “capacidade de influenciar o ambiente circundante na maneira como se assim prefere e determina”. Também destaca o conceito apresentado por Rosen e Jones na obra *The logic of international relations*, este mais direcionado ao poder no âmbito do sistema internacional: “A habilidade de um ator na arena internacional em empregar recursos e meios tangíveis e intangíveis, de forma a influenciar os resultados de eventos internacionais para sua própria satisfação” (CASTRO, 2012, p. 169).

Morgenthau (1997, p. 31, tradução nossa), por outro lado, afirmou que “a política internacional, como toda a política, é uma disputa pelo poder”, e que embora governantes e os povos possam de maneira geral ansiar por liberdade, prosperidade e segurança, o poder acaba por se constituir num objetivo imediato. Ainda segundo ele, o poder político constitui uma relação psicológica entre quem o exercita e quem sofre seus impactos, que devem ser avaliados sob três aspectos: expectativa dos benefícios, temor das desvantagens e respeito pelo ser humano e instituições.

Considerando os fluxos de poder entre os atores envolvidos, há que se considerar que na busca da solução de conflitos podem ser realizadas adequações de interesses, eventualmente resultando em ganhos mútuos, a depender da estratégia empregada (CASTRO, 2012, p. 164). Como vimos, o Estado é detentor monopolista dos meios legítimos de coerção, não só para evitar a violência e a anarquia entre seus cidadãos, mas, principalmente, para dotar o Governo dos meios destinados à garantia da ordem instituída, seja no campo interno, quanto no externo.

O Poder do Estado constitui, neste sentido, um segmento politicamente institucionalizado do Poder Nacional, este último tendo sido definido pela Escola Superior de Guerra como sendo a “capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional” (BRASIL, 2014, p. 34). Neste sentido, o conceito de Poder Nacional realça o papel do homem em sua composição, destacando sua tríplice condição de origem da sua legitimidade, de seu agente principal e de destinatário final dos resultados assim obtidos, tudo conforme nos lembra o parágrafo único do Art. 1º da nossa Constituição Federal: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, [2016]).

Voltando ao campo internacional, Morgenthau (1997, p. 33) considera que o poder das armas, como meio de ameaça ou dissuasão, constitui o mais importante fator material para constituir o poder político de uma Nação. Mas a força militar não é o único componente do Poder Nacional, e nem pode constituir um fim em si mesma, e sim um meio para produção de efeitos. Conforme destaca a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), o propósito último do uso do Poder não deve ser simplesmente o de superar obstáculos, mas o de alcançar objetivos (BRASIL, 2014, p. 35).

O valor do Poder Nacional, portanto, é o resultante de um efeito sinérgico entre suas diversas expressões constituintes, e terá sempre um aspecto de relatividade em relação aos óbices que possam interpor ao atingimento dos objetivos nacionais. Thales de Castro (2012, p. 170) procura explorar o aspecto de relatividade do Poder Nacional por meio de uma comparação com os cânones clássicos das ciências contábeis, ao afirmar que “um ativo de poder representa um crédito, um exigível de um terceiro ator internacional como parte da moeda de troca do jogo de favores e de influências [...]”. Por outro lado, ele afirma que “um passivo de poder significa, por seu turno, um endividamento material ou imaterial; uma necessidade de resposta ao exigível de terceiro(s)” (CASTRO, 2012, p. 170).

Uma outra visão sobre a questão do poder foi trazida por Joseph Nye Jr. (2004), ao considerar que, dependendo da capacidade de um Estado de atrair e persuadir outros atores do sistema internacional, um “Poder Suave” (Soft Power) poderia estar sendo exercido de forma ao atendimento efetivo dos interesses nacionais. Essa seria uma habilidade a ser desenvolvida no contexto das relações internacionais, e cuja essência seria a capacidade de moldar as preferências dos outros Estados (NYE JR., 2004, p. 5).

Segundo Nye Jr. (2004, p. 14), as fontes do poder suave seriam baseadas em três recursos principais: a cultura do país, baseada em valores que possam ser considerados universais; os seus valores políticos democráticos exercidos internamente; e a legitimidade e a coerência da sua política externa.

A aplicação do poder sobre os espaços geográficos constitui um aspecto central das teorias geopolíticas. Mas a forma como o poder nacional poderá ser exercido dependerá das capacidades disponíveis pelos Estados e das estratégias estabelecidas pelos seus governos.

5 A estratégia

Após a abordagem realizada no campo da Ciência Política, parece também oportuno dedicar um pouco mais de atenção à Estratégia, que foi popularizada no mundo ocidental ainda no século XIX, particularmente pelas obras de Jomini (2004) e Clausewitz (2013), militares que estiveram diretamente envolvidos nas guerras Napoleônicas. Jomini foi o primeiro a estabelecer a ideia de que estratégia é mais do que uma ação, constituindo uma arte, daí o nome de sua obra *The art of war* (JOMINI, 2004). A partir daí, a Estratégia acabou por ficar conhecida como a “arte dos generais”. Inicialmente restrita ao campo de batalha, seu significado foi sendo ampliado ao longo do tempo. Na verdade, Clausewitz foi o primeiro estudioso da Estratégia a apontar para o fato de que a guerra era uma extrema, mas natural, extensão da política. Coube a ele a autoria da famosa frase: “A Guerra é nada mais do que a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2013, p. 38, tradução nossa).

Partindo dessa noção estritamente militar, o significado do vocábulo passou a ser empregado de forma mais abrangente, particularmente no sentido de apontar o caminho a ser seguido para se atingir os objetivos fixados pela política. Neste sentido, a estratégia também deve se ocupar da identificação dos meios e do tempo necessários para que os objetivos políticos sejam alcançados, assim como dos óbices que eventualmente possam se interpor ao roteiro escolhido.

É possível afirmar que a estratégia constitui uma ferramenta da política, uma vez que o gestor público, quando captura o anseio popular, estabelece metas e assinala rumos para implementá-las, está de fato atuando estrategicamente. Pensando no nível macro, a estratégia pode continuar a ser definida como “arte”, mas agora também dos políticos, e não apenas dos generais. De fato, o exercício da política se fundamenta em qualidades intuitivas muito particulares, que constituem um diferencial, na verdade um atributo essencial, para os grandes estadistas. A política ascende à estratégia, na medida em que somente ela pode definir os objetivos, respondendo à pergunta “o que fazer?”, de forma a somente assim orientar a aplicação do poder. Definidos os objetivos é que a estratégia passa a buscar responder à pergunta do “como fazer?”. Política e estratégia relacionam-se intimamente, mas em níveis diferentes, pois a estratégia sempre deverá estar subordinada à política.

De fato, todos os conceitos modernos de estratégia definem com clareza sua subordinação à Política, mesmo durante a eclosão de conflitos armados. Isso permite evitar a possibilidade de que o “fim” venha a subordinar-se ao “meio”, decorrente da preponderância do emprego da expressão militar do poder por ocasião da deflagração de uma guerra. O grande objetivo de qualquer conflito armado é alcançar a paz, um objetivo político, e que não pode ser traduzido simplesmente pelo ato de conquistar a vitória militar.

Desta forma, chega-se ao conceito de Estratégia, e que seria “a arte de preparar e aplicar o poder para, superando óbices de toda ordem, alcançar os objetivos fixados pela política”

(BRASIL, 2004, p. 1-4). Para aplicar o poder, a Estratégia deve estar calcada em ações concretas que, segundo a doutrina da ESG (BRASIL, 2004), são denominadas “Ações Estratégicas”. Estas podem ser executadas tanto em áreas geográficas, quanto nos diferentes segmentos da atividade humana. Neste sentido surge a necessidade de sua adjetivação, para facilitar a compreensão do seu real sentido e dos níveis a que se refere, como por exemplo: estratégia nacional, estratégia regional, estratégia de desenvolvimento, estratégia de defesa, estratégia comercial etc. Creio mesmo ser mais adequado se referir a uma “estratégia geopolítica”, ao invés de empregar o termo “Geoestratégia”, pois esse último termo dá margem a interpretações de que se trataria de uma outra ciência. Cada uma das adjetivações que se deseje empregar deve representar um conjunto de ações direcionadas, de forma coordenada, para que se atinjam os objetivos nacionais estabelecidos. Somente assim se pode evitar uma indesejável competição por recursos, sempre escassos em qualquer sociedade humana, assim como o dispêndio divergente de esforços.

Por sua vez, Johanson (2019, p. 5-8) considera que a estratégia constitui um método empregado para permitir a visualização de um futuro desejado no presente. Segundo ele, a estratégia lida com as questões mais importantes nos níveis elevados de um governo, abordando a formulação, implementação e realização de objetivos do Estado. Por conseguinte, a visão estratégica deve permitir realizar uma perfeita distinção entre as questões críticas e as exigências mais relacionadas aos pormenores administrativos de uma máquina pública. Johanson (2019) destaca ainda que a Governança Estratégica constitui um elemento essencial, que emerge da crescente interdependência, seja nos níveis global, nacional e local, devendo considerar os pontos fortes internos e as oportunidades identificadas no ambiente externo.

Segundo Lonsdale (2007, p. 5), a obtenção de um fim desejado, a um custo compensador e num tempo razoável, e que seria o propósito de se estabelecer uma estratégia, nem sempre é um roteiro simples de se ver concretizado. Sempre haverá vencedores e perdedores nos conflitos de interesses, mesmo quando ambos estiverem munidos de estratégias ricamente elaboradas. Não existem fórmulas para o sucesso de uma estratégia, pois cada contexto é único e, portanto, irá requer uma calibragem peculiar e exclusiva de tipos e intensidades de ações. O sucesso de uma estratégia irá depender, muitas vezes, de fatores externos e não controlados diretamente por aqueles que a estão elaborando e implementando.

A estreita ligação entre planejamento estratégico e as análises geopolíticas foi uma das características mais marcantes do projeto geopolítico nacional implementado durante os governos militares do ciclo pós-1964, e que pode ser claramente observado no modelo de formulação de um conceito estratégico nacional, apoiado por um plano de pesquisa geopolítica, conforme proposto pelo General Golbery do Couto e Silva (1981, p. 251-266) em sua obra *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo E^o geopolítica do Brasil*.

Muitos acadêmicos consideram que a Estratégia não se constitui em ciência, devendo permanecer nos dias de hoje como a definiu Jomini (2004) nos primórdios de seu estudo: ainda uma arte, mas essencial para a implementação de objetivos estabelecidos pelos Estados e grandes corporações, num mundo caracterizado por cada vez maiores níveis de complexidade, gerando oportunidades e ameaças que precisam ser consideradas e processadas pelos atores do sistema internacional.

6 A geografia

Segundo Flint (2006, p. 1-2), os geógrafos examinam o mundo por meio de uma perspectiva espacial, oferecendo novos pontos de vista sobre outras disciplinas. O foco do estudo da ciência geográfica estaria direcionado às características que tornam os lugares peculiares, tais como clima, vegetação, riquezas minerais, fontes de energia, aspectos fisiográficos, tipos de solo, assim como tudo o que diz respeito à organização espacial das atividades humanas.

Mas Dodds (2019) acrescenta que a Geografia não se limita apenas aos mapas, estes constituindo-se simplesmente uma representação gráfica do “estado da natureza”. A ciência geográfica não poderia nem mesmo ser considerada apenas uma forma tridimensional de representação da realidade. Mesmo sabendo que altura e profundidade e volume são importantes, Dodds considera que ela também envolve relacionamentos e escalas, o que lhe confere maior importância e complexidade.

A geografia, como a sua etimologia sugere, pode ser considerada como a “escrita da terra”. Uma atividade que destaca o poder dos agentes e organizações para descrever o espaço, para ocupar o espaço, para organizar o espaço, e para criar lugares investidos com visões e projetos particulares. A geografia era e é parte integrante da construção da nação e da criação do estado territorial moderno (DODDS, 2019, p. 33, tradução nossa).

Neste mesmo sentido, Teixeira Júnior (2017, p. 24-27) destaca que o estudo da ciência geográfica lança uma luz sobre as relações entre as sociedades, o espaço e o poder em suas múltiplas expressões, possuindo uma sensibilidade própria para estudar os fenômenos concernentes à relação espaço-homem-território. Neste sentido, a ciência geográfica se dividiria em duas grandes vertentes: a geografia física e a geografia humana.

O desenvolvimento dessas duas vertentes no âmbito da ciência geográfica levou ao estabelecimento de uma controvérsia filosófica que resultou em grandes embates entre escolas de pensamento em diversas áreas. A problemática que deu origem ao referido debate foi a seguinte: o ambiente físico exerce influência determinante na atividade humana e no desenvolvimento dos Estados?

Esta discussão filosófica também foi travada no âmbito da geopolítica, dando origem às Escolas Determinista, Possibilista, e Integralizada, conforme já tratamos anteriormente.

As principais subdisciplinas da geografia humana são a cultural, econômica, política e social (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 1). Destaca-se para fins do presente estudo, a geografia política. Segundo Short (1993, p. 1-2), o objeto principal da geografia, qual seja, o estudo das relações das pessoas com a natureza, o espaço e os lugares, não pode ser tratada sem o estabelecimento de considerações políticas. Um dos focos principais do estudo da geografia política é justamente o Estado-Nação, este sendo analisado, particularmente, com base em três aspectos:

- as relações do povo com o ambiente;
- as relações do Estado com o ambiente; e
- as relações do povo com o Estado.

No que se refere às relações do Estado com o ambiente, Becker (2008, p. 128) considera que a territorialidade e gestão do território constituem duas faces de um só processo de organização política do espaço contemporâneo.

Para ela, a territorialidade incluiria a apropriação de um espaço, implicando na construção de uma noção de limite, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, a gestão do território seria uma prática estratégica de caráter científico-tecnológico que dirige, no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade. A gestão, portanto, seria de caráter eminentemente estratégico, seguindo princípios de finalidade econômica e de aplicação do poder, e não apenas de intenção.

Nestas condições, Flint e Taylor (2018, p. 1) consideram que a geografia política é uma pequena subdisciplina com um tema extremamente abrangente: as relações entre espaço e poder. Ainda segundo eles, a geografia política necessita de um embasamento teórico para permitir que se estabeleça uma forte coerência para esta subdisciplina, e na visão do autor, tal suporte teórico somente pode ser fornecido no âmbito da Geopolítica por meio da “Teoria do Sistema-Mundo”, uma vez que ela é a única que permite um estudo integrado entre as relações de tempo, espaço e poder, particularmente nestes tempos globalizados em que vivemos.

Aspectos sociológicos também são importantes para o estudo da geografia política. Short (1993, p. 2) considera que no processo de formação da Nação é normalmente gerada uma série de crenças envolvendo o povo e seu ambiente natal, que ele denomina de “Ideologia Ambiental da Nação”. Tais crenças podem contribuir para a criação de uma identidade nacional e o nacionalismo, o que muitas vezes é positivo para o interesse do Estado, e até mesmo por ele incentivado. Entretanto, distorções e excessos podem contribuir para a geração de conflitos. Neste sentido, Sigmund Freud (apud GADDIS, 1997, p. 75, tradução nossa) já havia identificado alguns problemas decorrentes dessas crenças, ao afirmar que:

São precisamente as comunidades que vivem em territórios contíguos, e que se relacionam de alguma forma entre si, as que se engajam na criação de feudos e se ridicularizam mutuamente [...] o narcisismo das pequenas diferenças [...] uma conveniente e inofensiva exteriorização da inclinação para a agressão, por meio da qual a coesão entre os membros da comunidade se torna mais fácil.

As referidas crenças podem, também, conformar outros tipos comportamentos típicos de uma identidade nacional. Povos que estabelecem ao longo do tempo uma relação mais próxima com o mar, segundo Mackinder (1919, p. 38) acabam estabelecendo um comportamento coletivo que foi por ele denominado “*seaman’s point of view*”. Este seria o caso dos portugueses, britânicos, holandeses e japoneses, característica que em muito contribuiu para o desenvolvimento de seus respectivos países como potências marítimas. Por outro lado, Mackinder (1919, p. 90) considera que os povos que ao longo dos tempos estiveram mais vocacionados para as lides terrestres acabaram desenvolvendo o que ele chamou de “*landsmen’s point of view*”, sendo este o caso dos russos, chineses e nós mesmos, os brasileiros.

De fato, desde Joaquim Bonifácio de Andrada, passando por Tiradentes e até Juscelino Kubitschek, o sonho de realizar a transferência da capital do Brasil para o interior foi sempre alimentado ao longo das gerações, quase sempre sob considerações relativas à integração nacional, mas também constituindo um sintoma de que o “ponto de vista do homem da terra” estava firmemente associado à identidade nacional (COUTINHO, 2020, p. 20).

Encerrando o sobrevoo pela ciência geográfica, fica clara a importância da disciplina para o objeto do presente estudo, por nos permitir um melhor entendimento sobre o ambiente cada vez mais complexo e interdependente que caracteriza o sistema internacional, seja nos seus aspectos físicos, humanos ou políticos.

7 As ciências econômicas

A economia política constitui um importante campo de estudo, tanto das ciências econômicas, quanto das relações internacionais (por meio da economia política internacional), e tem como foco o estudo das relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais que visam atender as necessidades humanas, identificando as leis que regem tais relações.

Becker (2018, p. 120), afirma que a Geopolítica se torna incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelos vetores científico-tecnológicos e econômicos, destacando que o domínio da tecnologia pelas corporações econômico-financeiras transnacionais progressivamente começa a pôr em xeque o poder dos Estados.

A evolução tecnológica baseada na informação e no conhecimento não daria origem apenas a novas técnicas de produção, mas sim a formas completamente novas de geração de riqueza, afetando diretamente a organização social no contexto dessa reestruturação do sistema econômico.

Ainda segundo Becker, enquanto a produção capitalista dá origem a um imperativo de acumulação, o sistema de Estados-Nação passa a dar origem a um imperativo de sobrevivência nacional, o que justifica o grande interesse despertado, no meio geopolítico atual, para os temas econômicos.

Neste contexto, passa a ser necessário o entendimento dos novos conceitos que procuram retratar a configuração do sistema internacional, particularmente sobre o significado das noções de núcleo e periferia no âmbito de um ambiente econômico global em transformação. De fato, não são de hoje as tentativas de definir o mundo moderno em termos de núcleo (ou seja, as regiões ricas do mundo: América do Norte, Europa Ocidental e Ásia-Pacífico) e periferia (as terras onde se localizam os países em desenvolvimento, basicamente no hemisfério sul).

Wallerstein (2006), ao desenvolver a sua “Análise do Sistema-Mundo”, também defendeu a tese de que os processos da economia mundial sempre operam em um formato de três níveis: núcleo, semiperiferia e periferia (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 18). Mas na sua visão, os significados dos termos “núcleo” e “periferia” são completamente distintos do entendimento que normalmente se mantinha até então. Tais conceitos buscam estabelecer uma referência para diagnosticar a forma como processos econômicos complexos afetam diferentemente os atores do sistema internacional, e não dizem respeito diretamente à localização de áreas, regiões ou Estados.

A definição espacial de núcleo e periferia, na visão de Wallerstein (2006), decorre da predominância de processos econômicos núcleo (“processos núcleo”) que operam numa determinada área, região ou Estado em particular. Do mesmo modo, nas zonas periféricas, regiões ou Estados passam a ser definidos como aqueles em que os processos econômicos periféricos (“processos periféricos”) predominam. Segundo Flint e Taylor, esta não é apenas uma questão semântica, mas relaciona-se diretamente com a forma como a estrutura espacial é modelada por meio de processos econômicos e tecnológicos. O espaço em si pode não ser nem núcleo nem periferia em relação à sua localização em face da superfície do globo terrestre (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 20).

Em termos genéricos, os processos núcleo consistem em relações econômicas globais que incorporam ganhos relativamente elevados, tecnologia avançada e um modelo diversificado de produção, enquanto os processos periféricos envolvem ganhos relativamente baixos, tecnologia mais rudimentar e uma estrutura produtiva simples. Os processos não são caracterizados por um produto específico, que podem migrar das cadeias produtivas do núcleo para a periferia em decorrência de uma evolução tecnológica ou outros fatores econômicos (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 21).

As commodities e os produtos industrializados simples normalmente resultam de processos periféricos, e possuem seu valor definido pela livre concorrência do mercado. Os produtos tecnológicos mais avançados são normalmente protegidos por patentes, gerando o que Wallerstein (2006) classificava como “quase monopólio”. Estes são os produtos que resultam de processos núcleo. Os processos núcleo tendem a se agrupar em um número mais reduzido de Estados e a constituir a maior parte da atividade de produção deles. Os processos periféricos tendem a uma maior dispersão, abrangendo muitos Estados, onde constituem a maior parte da atividade produtiva (WALLERSTEIN, 2006, p. 28).

Entretanto, observa-se que alguns Estados apresentam uma mistura de processos núcleo e periféricos. Wallerstein (2006) os classificava como sendo Estados semiperiféricos. Ainda segundo Wallerstein (2006), os Estados semiperiféricos são os que se encontram numa posição relativa mais difícil. Sob pressão dos Estados núcleo e pressionando os Estados periféricos, sua preocupação permanente é evitar que regridam para a periferia, canalizando todo seu esforço para avançar para o núcleo.

Ao longo da história, a ascensão dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão à categoria de núcleo resultou do domínio de “processos núcleo”. Isto também vem se observando com relação à China na atualidade. O Brasil, por outro lado, pode ser considerado um país semiperiférico.

Estes conceitos relativos aos processos econômicos globais nos ajudam a explicar o outro aspecto central na Teoria do Sistema-Mundo: os Ciclos de Kondratiev. O modelo dos referidos ciclos econômicos foi apresentado pelo economista russo Nikolai Dmitrievich Kondratiev, que nos anos 1920 elaborou um estudo para identificar causas econômicas da Primeira Guerra Mundial. Na sua pesquisa, acabou por também identificar um padrão econômico que se repetia muito antes da conflagração do referido conflito mundial. Esse fenômeno foi por ele então denominado “longos ciclos econômicos em um contexto histórico” (BARNETT, 1998, p. 105).

Segundo essa visão, a evolução dos processos econômicos “núcleo-periferia” normalmente seria caracterizada pelo fato de que os países e indústrias detentoras do “quase monopólio” acumulam enormes quantidades de capital. A medida em que as tecnologias vão se disseminando, mais e mais empresas entram no mercado do “quase monopólio”, iniciando um processo de superprodução (oferta maior do que a procura), com maior concorrência de preços e redução crescente das margens de lucro. Em algum momento, um acúmulo de produtos não vendidos resulta numa redução na capacidade de produção futura.

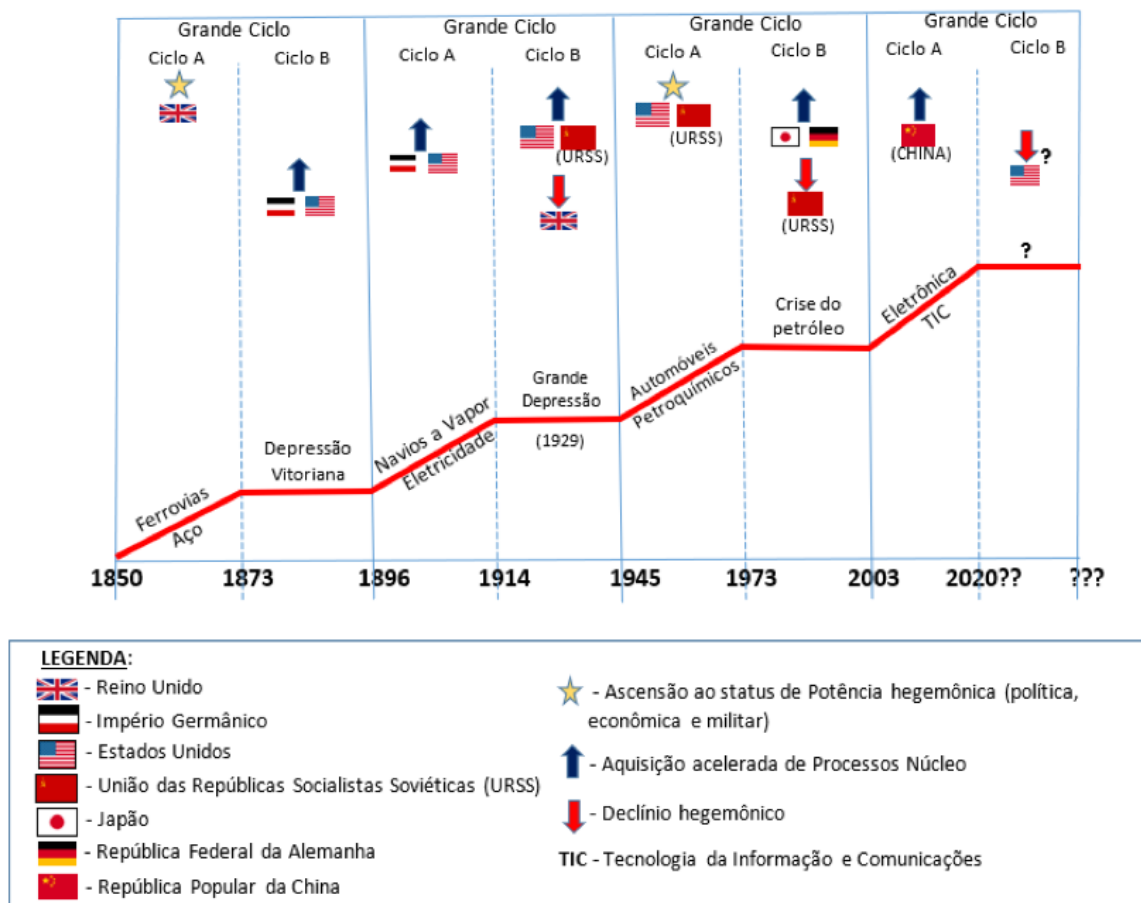
A questão da disputa pelo domínio da tecnologia 5G (telefonia e dados), por exemplo, passa a constituir um ponto central nas estratégias geopolíticas dos Estados Unidos e da China, no contexto da 4ª Revolução Industrial. Quando esse tipo de disputa acontece, seu resultado contribui para uma considerável migração dos processos núcleo no âmbito das potências envolvidas. Esse padrão se repetiria em “Grandes Ciclos” caracterizados por uma duração aproximada de 50 a 60 anos, dependendo das medidas políticas tomadas pelos Estados e da evolução tecnológica. Tais

períodos seriam ainda caracterizados por “subciclos” globais de crescimento (Ciclo A) e estagnação (Ciclo B) (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 21-28).

Ainda segundo Flint e Taylor (2018), a economia mundial vem claramente dando mostras de que o sistema internacional se encaminha para um novo ciclo de estagnação (Ciclo B), cujo resultado pode levar também a uma transformação geopolítica global e, conseqüentemente, a uma nova configuração do “núcleo” das potências hegemônicas (uma ou mais). A crise pandêmica do COVID-19 pode contribuir com a aceleração dessa mudança, o que não constitui um fato inédito, em se considerando que a crise da Gripe Espanhola, ocorrida também num período do Ciclo B (1914 a 1945), também trouxe reflexos econômicos globais.

O Gráfico 1 representa o desenvolvimento dos Grandes Ciclos verificados a partir de 1850, sendo possível observar que o sistema internacional se encontraria num momento de transição entre um ciclo de crescimento (Ciclo A) para um de estagnação (Ciclo B). Considerando os dois últimos Ciclos B vivenciados (1914-1945 e 1973-2003), é possível identificar a existência de um padrão de transformações hegemônicas de caráter global, que eventualmente poderão resultar, tanto em um possível declínio dos Estados Unidos da América, quanto numa possível candidatura da China para o nível de potência hegemônica.

Gráfico 1 – Ciclos de Kondratiev.



Fontes: Adaptado pelo autor a partir de Barnett (1998), Flint e Taylor (2018) e Landes (2008).

Ainda segundo Flint e Taylor (2018, p. 69), os processos econômicos que vem determinando a transformação da ordem geopolítica também vêm conformando alguns novos parâmetros, dentre os quais se destacam:

- os Estados continuam sendo os agentes territoriais do sistema internacional, subsistindo o ambiente de competição existente entre si, sempre no âmbito da busca pela hegemonia no âmbito do modelo econômico “núcleo-periferia”;
- o surgimento de outros atores transnacionais, sejam econômicos ou da sociedade civil, que promovem uma maior integração entre os Estados, mas que ao mesmo tempo, minam a sua soberania; e
- existência de movimentos que resistem tanto aos processos de globalização, quanto ao poder do Estado.

Como foi possível constatar, o estudo integrado entre as ciências econômicas e a geopolítica vem se mostrando cada vez mais relevante, constituindo um ponto central para o desenvolvimento das chamadas teorias críticas.

8 Conclusão

No desenvolvimento do presente trabalho, foi possível verificar que uma névoa de desconfiança pairou sobre a Geopolítica, seja pelo seu emprego como embasamento teórico que deu suporte às estratégias expansionistas durante a 2ª Guerra Mundial, seja para estratégias de embate ideológico desenvolvidas no contexto da guerra fria.

Entretanto, tal névoa se dissipou ao longo das últimas décadas. Foi possível encontrar referência à importância da Geopolítica em discursos de diversas lideranças mundiais da atualidade, independentemente de uma linha liberal ou conservadora, adepto de posições mais à direita ou à esquerda do espectro político. Isso reforça o caráter universal dos conceitos que ao longo do tempo foram sendo aperfeiçoados.

Observamos que o processo de gestação de uma escola de pensamento geopolítico no Brasil, e que constituiu uma base teórica para um modelo de projeto nacional implementado pelos governos militares, também acabou por ser afetada pelas mudanças decorrentes do fim da bipolaridade mundial, da crise econômica global dos anos 1980 e ao processo de abertura democrática adotado no Brasil ao final daquela década, a partir de quando passou a se verificar um processo de renascimento do interesse acadêmico pela geopolítica.

Após uma revisão dos principais aspectos da teoria Geopolítica, inclusive do pensamento geopolítico nacional, buscamos identificar as possíveis complementaridades entre o pensamento geopolítico e outras áreas teóricas, permitindo estabelecer uma visão mais abrangente sobre um tema que se mantém tão atual, e desta forma contribuir com uma maior conscientização sobre o caráter multidisciplinar dos estudos geopolíticos e, eventualmente, inspirar a discussão do assunto em meios acadêmicos mais ampliados.

Por meio da revisão bibliográfica realizada, foi possível comprovar que a Geopolítica efetivamente dialoga com importantes disciplinas, particularmente a Ciência Política, a Estratégia, a Geografia e as Ciências Econômicas.

Da ciência geográfica verificamos que há promissores campos de estudo interdisciplinares com a geografia humana e com a geografia política. Verificamos que o estudo da influência de fatores geográficos na ação política dos Estados não pode deixar de considerar que o termo “geografia” envolve uma multiplicidade de aspectos complexos, e não apenas espaciais.

Da Ciência Política verificamos, como era de se esperar, grandes áreas de interesse: o Estado e o Poder, que particularmente no âmbito das relações internacionais, mostram-se pontos focais. A formulação dos objetivos das políticas públicas e a elaboração de Estratégias Nacionais para atingi-los também podem e devem ser baseadas em análises e estratégias geopolíticas.

Com relação às ciências econômicas, pudemos constatar sua importância para o perfeito entendimento das correntes teóricas geopolíticas mais atuais, constituindo um campo bastante promissor para aqueles que se disponham a explorar novas e importantes áreas de pesquisa de caráter interdisciplinar.

Chama a nossa atenção o fato de que a Teoria do Sistema-Mundo apresenta interessantes oportunidades para o estudo multidisciplinar e crítico da geopolítica no contexto atual, momento em que assistimos a uma inquestionável transição nas relações de poder entre os Estados, assim como nas relações destes com atores não-estatais. Uma visão mais abrangente e atualizada da Geopolítica certamente será de grande valia para a formulação de estratégias nacionais adaptadas a esse ambiente de elevada complexidade e incerteza.

Em que pese não termos apresentado tópicos específicos sobre a sociologia e a história, elas certamente estarão presentes em todas as discussões, como procuramos destacar em alguns pontos do desenvolvimento deste trabalho.

Neste sentido, o presente estudo pretendeu oferecer uma contribuição para o aprofundamento do estudo da geopolítica no âmbito da comunidade acadêmica brasileira, de forma interdisciplinar e transversal em relação às diversas áreas da ciência aqui apresentadas.

Referências

ADELMAN, J.; POLLARD, E.; ROSENBERG, C.; TIGNOR, R. L. (org.). **Worlds together, worlds apart: a history of the world from the beginnings of humankind to the present**. 4. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2015. v. 2. Edição concisa.

BACKHEUSER, E. **Curso de geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952. Disponível em: <https://archive.org/details/AGeopoliticaGeralEDoBrasil.EverardoBackheuser/page/n47/mode/1up>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BARNETT, V. **Kondratiev and the dynamics of economic development: long cycles and industrial growth in historical context**. New York: St. Marin's Press, 1998.

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012. Número especial. Disponível em: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2012.2079>. Acesso em: 5 jul. 2020.

BONFIM, U. C. **Geopolítica: Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército: ensino a distância: CPEAEx/EAD**. Rio de Janeiro: Eceme, 2005. Disponível em: http://www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Exército. **Manual de campanha: estratégia**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2004. (Manual de Campanha C 124-1).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Josué de Castro**. Brasília, DF: Plenarium, 2007. (Perfis Parlamentares, 52). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2642>. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual básico: elementos fundamentais**. Rio de Janeiro: ESG, 2014. v. 1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 8 nov. 2019.

CASTRO, T. **África**: geohistória, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CASTRO, T. **Teorias das relações internacionais**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

CLAUSEWITZ, C. **O Voinê**. Mosckva: Eksmo, 2013.

COSTA, W. M.; THÉRY, H. Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil: de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale. **Hérodote**, Paris, v. 146-147, n. 3-4, p. 253-276, 2012. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-herodote-2012-3-page-253.htm>. Acesso em: 5 jul. 2020.

COUTINHO, M. A. F. As origens do pensamento geopolítico brasileiro: a contribuição de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras. **Análise Estratégica**, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 7-24, 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/4833>. Acesso em: 5 jul. 2020.

DODDS, K. **Geopolitics**: a very short introduction. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2019.

DRYZEK, J. S.; HONIG, B.; PHILLIPS, A. (ed.). **The Oxford handbook of political theory**. New York: Oxford University Press, 2006.

EUROPE must speak with one voice. **The Federal Chancellor**, Berlin, 17 out. 2019. Disponível em: <https://www.bundeskanzlerin.de/bkin-en/news/regierungserklaerung-merkel-1682840>. Acesso em: 6 nov. 2019.

FLINT, C. **Introduction to geopolitics**. New York: Routledge, 2006.

FLINT, C.; TAYLOR, P. J. **Political geography**: world economy, nation-state and locality. 7. ed. New York: Routledge, 2018.

GADDIS, J. L. History, theory and common ground. **International Security**, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 75-85, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539330>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GRAY, C. S.; SLOAN, G. (ed.). **Geopolitics, geography and strategy**. New York: Routledge, 2013.

HAGE, J. A. A. Mário Travassos e a geopolítica brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com imperialismos. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 4, n. 1, p. 98-114, 2013. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/80/73>. Acesso em: 8 nov. 2019.

JOHANSON, J.-E. **Strategy formation and policy making in government**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

JOMINI, A. H. **The art of war**. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2004. E-book. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/13549>. Acesso em: 4 nov. 2019.

KISSINGER, H. **White House years**. Boston: Little Brown, 1979.

LANDES, D. S. **The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present**. 4. ed. New York: Cambridge University Press, 2008.

LIMA, W. T. *et al.* A geopolítica de Everardo Backheuser para o Brasil: entre processos e retrocessos. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, Tabatinga, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/622>. Acesso em: 8 nov. 2019.

LONSDALE, D. J. **Alexander the Great: lessons in strategy**. New York: Routledge, 2007.

MACKINDER, H. J. **Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction**. New York: Henry Holt and Company, 1919.

MAHAN, A. T. **The influence of sea power upon history: 1660-1783**. New York: Dover Publications, 1987.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 6. ed. Peking: Peking University Press, 1997.

NYE JR., J. S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

POSLANIE Federal'nomu Sobraniuu Rossiiscai Federatsii. **Kremlin**, Moskva, 25 abr. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2PFQGCW>. Acesso em: 11 out. 2019.

READOUT of President Donald J. Trump's meeting with Prime Minister Narendra Modi of India. **The White House**, Washington, DC, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/readout-president-donald-j-trumps-meeting-prime-minister-narendra-modi-india/>. Acesso em: 6 nov. 2019.

REGIANI, R. Meridionalismo: o novo paradigma da geopolítica brasileira? **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 11, n. 1, p. 48-61, 2020. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/270>. Acesso em: 22 mar. 2020.

REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. (ed.). **The Oxford handbook of international relations**. New York: Oxford University Press, 2008.

ROSS, W. D. **Aristotle**. 6. ed. New York: Routledge, 2005.

RUA, M. G. **Ciência política: conceitos básicos**. Brasília, DF: IGEPP, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/432592528/Ciencia-Politica-IGEPP>. Acesso em: 6 out. 2020.

SHORT, J. R. **An introduction to political geography**. 2. ed. New York: Routledge, 1993.

SILVA, G. C. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & geopolítica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, V. S. V. Ciência política com teoria geral do estado? **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 26, p. 33-52, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/15186>. Acesso em: 4 nov. 2019.

SPYKMAN, N. J. Geography and foreign policy, I. **The American Political Science Review**, Washington, DC, v. 32, n. 1, p. 28-50, 1938. Disponível em: www.jstor.org/stable/1949029. Acesso em: 21 mar. 2020.

SUSPEITA sobre a China cria problema para a implantação do 5G, diz Guedes. **CNN Brasil Business**, São Paulo, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/07/06/suspeita-sobre-a-china-cria-problema-para-implantacao-do-5g-diz-guedes>. Acesso em: 6 jul. 2020.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. **Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

TRAVASSOS, M. **Aspectos geográficos sul-americanos**, Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1931.

VESENTINI, J. W. **Ensaio de geografia crítica: história, epistemologia e (geo)política**. São Paulo: Plêiade, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. 4. ed. London: Duke University Press, 2006.

XIN, Z.; ZHENG, S. Xi Jinping rallies China for decades-long 'struggle' to rise in global order, amid escalating US trade war. **South China Morning Post**, Hong Kong, 5 set. 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3025725/xi-jinping-rallies-china-decades-long-struggle-rise-global>. Acesso em: 6 nov. 2019.